

A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉDIO ALTO URUGUAI : O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS

Wilson Olkoski¹

RESUMO: O presente texto objetiva estudar a questão agrária do Médio Alto Uruguai, enfocando o processo de demarcação das terras e suas ocupações. Como última região do Estado a ser colonizada, o processo começa com a abertura das primeiras picadas quando ainda a demarcação estava a cargo da Inspetoria de Terras do Norte, localizada em Palmeira das Missões – RS. A grande extensão da região a ser colonizada fez com que o processo de demarcação das terras fosse muito lento, sendo acelerado somente a partir de 1939, quando é criada a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Por causa disso, a região vai ser povoada por “posseiros e intrusos” e, como consequência, muitos conflitos vão surgir.

PALAVRAS-CHAVE: questão agrária, Médio Alto Uruguai, demarcação de terras.

ABSTRACT: This essay aims at studying the agrarian issue in the High Medium Uruguay’s region focusing the process of land demarcation and

¹ Professor docente do curso de história, da URI- Campus de Frederico Westphalen. Mestre em História.

its occupation. Being the last region of the State to be colonized, the process starts with the opening of the first trail when the demarcation was still in charge of the Bureau of Land Management of northern Lands, in Palmeira das Missões-RS. The big extension of the region to be colonized made the process of land demarcation very slow, only being accelerated from 1939 on, when the Bureau of Land Management of Frederico Westphalen was created. Therefore, the region would be settled by “*posseiros* (those who acquired rights of tenure) and intruders” and, consequently, would bring lots of conflicts.

KEY-WORDS: Agrarian issue, Medium High Uruguai, land demarcation

O município de Palmeira das Missões se emancipou de Cruz Alta em 1874. Era constituído por uma área de 15.600 km² e formava parte da região do Alto Uruguai. Aos poucos, foram surgindo uma série de novos municípios que, conforme a colonização da região ia se alastrando, reivindicavam a emancipação

Ao Norte da região de Palmeira, encontra-se o Médio Alto Uruguai que, na atualidade, é composto por trinta (30) municípios. Esta região foi a última do Estado a sofrer o processo de colonização. Em 1879, o alemão Beschoren fez uma viagem de pesquisa pela selva do Rio Uruguai, partindo da Fortaleza (atual Seberi) rumo ao rio. Segundo sua descrição, tudo era sertão e desconhecido.

São esplêndidas matas, as que estou vaqueando, distante três léguas dos próximos moradores, à beira do campo. A extensa área é quase sem caminhos e atalhos. Quando muito encontram-se antigos caminhos, pouco usados, trilhados pelos índios, para chegarem aos lugares de caça e pesca. Os índios observam rigorosamente uma marcha dentro da floresta, um atrás do outro, motivo que estes atalhos são bem estreitos, mas como atalhos silvestres são bem marcados².

² BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul. Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre. Martins Livreiro. 1989.p,103.

O próprio Beschoren se impressionou com a região e recomendava a sua exploração e colonização. Porém, a colonização sistemática só vai acontecer a partir do início do século XX. Quanto ao itinerário da colonização, destacam-se alguns caminhos mais expressivos, os quais passamos a delinear, sem levarmos em conta a linearidade dos períodos em que foram acontecendo.

a) Fortaleza

O Distrito de Fortaleza surgiu da antiga Colônia Guarita. Foi criado em fevereiro de 1918. Esta área inseria-se entre os rios Uruguai, Várzea, Braga, Fortaleza e Guarita. Inicialmente, o distrito foi dividido em oito secções pela então Inspetoria de Terras de Palmeira.

Em sua origem, destaca o Mons. Vitor Battistella, a área foi ocupada por luso-paulistas, entre os quais destaca o nome dos Galvão, Pôncio, Pires de Lima, Moura, Felício, João Rodrigues da Silva, Domingos Padilha de Camargo, Venâncio Pires de Lima e Antônio Conceição da Cunha. Esses posseiros se adonaram de vastas extensões de campo e só mais tarde requereram os títulos de posse. Em 1918, com a abertura da picada, para construir a estrada rumo às Águas do Mel, chamava-se “Boca da Picada”, depois passou a ser chamada de Fortaleza e, por fim, Seberi.

O itinerário, a partir de Fortaleza, se constituiu num dos caminhos mais importantes do Médio Alto Uruguai, visto que a partir dele foi possível a colonização de diversas áreas pertencentes a vários municípios da Região. Porém, este itinerário só foi possível graças à descoberta das “Águas do Mel” ou as águas minerais do atual município de Iraí. A descoberta, segundo hipótese mais aceita, se deu por caçadores de Palmeira em 1912, que, atraídos pela abundante caça, partiram da barra do Rio da Várzea com o Uruguai e, subindo por este, chegaram na barra do Rio do Mel e, então, descobriram as famosas “águas medicinais”³.

³ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul Trad. Emergy Ruas. Vol. 1. Porto Alegre, Globo, 1969, p.376. Na época da descoberta das “Águas do Mel”, havia na barra do Rio da Várzea com o Uruguai o Sítio dos Galvão, família que residia nos fundos da Fortaleza e, posteriormente, se instalou na barra. Presumivelmente, os caçadores obtiveram informações de abundante caça na área do atual balneário de Iraí.

De Fortaleza, três picadas principais foram abertas, a partir de 1893, rumo às Águas do Mel. A primeira partia dos fundos de Fortaleza, passando pelo sítio dos Galvão, subia o Uruguai até as Águas do Mel; a segunda, dos fundos de Fortaleza, pelo sítio dos Galvão, subia o Rio da Várzea até a altura da atual localidade de São João do Porto e seguia por picada até as águas minerais; a terceira partia também de Fortaleza, passando por Barril, Vilinha, Rio Chiquinha, até o atual São João do Porto e seguia pela mesma picada da anterior. Estas picadas foram importantes, pois, além de contribuir para o conhecimento da região, foram as vias que os migrantes iriam percorrer à procura de novas terras para se instalar, além de servir para o deslocamento, rumo ao comércio.

b) Palmeira – Irai – Vicente Dutra

As revoluções de 1893 e 1923, no Rio Grande do Sul, contribuíram para a descoberta e exploração de novas áreas no Médio Alto Uruguai. Elas foram, na realidade, disputadas entre as duas facções da elite dominante, durante a República Velha Rio-grandense. Os “coronéis” eram estancieiros de posição no Partido Republicano Rio-grandense - PRR e se encarregavam da ordem no interior, sendo homens de confiança do Estado. Com os dois movimentos revolucionários, muitos dos partidários do movimento de oposição, habitantes de Palmeira e arredores, fugiam para o norte, no qual, sendo um espaço quase inabitado, intransitável e com densas matas, encontravam segurança.

Foi assim que João do Prado descobre, em 1912, as águas minerais de Vicente Dutra⁴. Porém, é possível que caçadores ou políticos foragidos por lá já houvessem passado, conforme aponta Monsenhor Vitor Battistella, quando se refere à presença de André Maldaner, como sendo o primeiro a estar no atual território de Vicente Dutra, em 1912.

Na área de Porto Feliz, Santa Catarina, era então

⁴ Vicente Dutra era chamado, inicialmente, de Colônia Prado.

conhecido André Maldaner, exilado político argentino. Homem bastante instruído, era uma espécie de líder e mentor dos raros sertanejos de então. Explorava o comércio de madeiras e tinha granja de cana-de-açúcar na Barra do Lageado Iracema, nome herdado de uma das filhas. (...) Anos mais tarde, Maldaner passou para o lado do Rio Grande, vindo morar na Barra do Lageado Prado⁵.

Porém, em 1912, João do Prado, revolucionário, maragato, pressionado pela justiça, saiu de Palmeira das Missões, passou por Iraí e, descendo o Rio Uruguai, chegou no lugar onde hoje se chama Boa Esperança, encontrando nas margens do rio abundante caça e pesca. Entrando na mata por trilhas feitas por André Maldaner, deparou-se com uma clareira, que atraía animais, principalmente aves que ali se reuniam atraídas pelas águas. Percebeu também que o barro tinha cheiro forte e cor escura, o que lhe despertou a suspeita das propriedades curativas da fonte.

Segundo alguns depoimentos, em 1916, João do Prado mandou fazer exame de amostras de água e barro em Porto Alegre, tendo a confirmação das propriedades terapêuticas das águas minerais. Posteriormente, com sua família, se instalou nas dependências do Prado.

Após a confirmação do valor medicinal das águas minerais, em 1916, começaram a chegar no Prado os primeiros moradores, interessados em explorar as fontes termais, bem como a agricultura e as madeiras.

Na fase inicial, a ocupação do Prado deu-se de forma desorganizada, visto que a demarcação das terras só vai acontecer mais tarde, como vamos notar pela documentação na Inspetoria de Terras Públicas de Frederico Westphalen – RS. Aliás, esta foi a regra na Região do Médio Alto Uruguai, onde os pioneiros primeiro ocupavam e depois requeriam a demarcação.

c) Nonoai – Planalto - Alpestre

Já nos referimos à região do atual município de Nonoai. Constata-se,

⁵ BATTISTELLA, Mons. Vitor. Painéis do passado. 1969

também, um itinerário ligando esta área com a de Planalto, Alpestre e Iraí.

A idéia de que deveria haver uma “igreja dos jesuítas” atraiu, primeiramente, aventureiros de Nonoai à procura de tesouro. Provavelmente, foram eles que abriram a picada, ligando um local ao outro. Posteriormente, ainda no início do século XX, alguns habitantes de Nonoai começaram a percorrer este trajeto e fazer pequenas roças sem, no entanto, estabelecer residência.

Em 1911, conforme nos mencionaram alguns entrevistados, os irmãos Bernardo e Severo Tavares de Miranda, se estabeleceram na então localidade de Pinhalzinho. Eram provenientes de Nonoai e, chegando lá, começaram a cultivar pequenas roças, criar algum gado e suínos. Aos poucos, foram chegando outros colonos e, através da abertura de picadas, vão ligando Planalto a Alpestre, de onde já existia uma picada que ligava com Iraí. Até a demarcação das terras do atual município de Planalto e Alpestre, vários posseiros foram se estabelecendo próximos das picadas, fixando residência. Porém, a colonização vai se acelerar com a abertura de estradas e a demarcação das terras.

A demarcação das terras do Médio Alto Uruguai ficou, inicialmente, a cargo da Inspetoria de Terras do Norte, sediada em Palmeira. Devido a fatores tais como a grande extensão de terras a demarcar por esta Inspetoria, dificuldades em penetrar as matas e o pequeno contingente humano para serviços, o processo de demarcação, na fase inicial, até 1939, foi muito lento. Somam-se a isso os vários trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria como demarcação de lotes, abertura de estradas, formação de povoados, arrecadação da dívida colonial, entre outros.

Se levarmos em conta a extensão do município de Palmeira, em 1941, tínhamos o seguinte:

Tabela 1: Extensão do município de Palmeira das Missões

EXTENSÃO	KM²
área total	9.700 km ²
campo	3.500 km ²
capoeiras	1.200 km ²
mato	500 km ²

Fonte: Inspetoria de Terras e Colonização de Frederico – Correspondência recebida em 1941.

A extensão de mato e capoeiras refere-se, basicamente, à região do Médio Alto Uruguai, que estava praticamente por ser demarcada. O Distrito de Fortaleza aparece como o pioneiro das demarcações.

Os dados da arrecadação da dívida colonial em serviços, nesta secção, nos anos correspondentes a 1921 – 1928 mostram a lentidão das demarcações.

Tabela 2: Arrecadação da Dívida em Serviços - Secção Fortaleza - 1921 - 1928

ANO	ARRECADAÇÃO
1921	11.900.000,99
1922	22.470.000,07
1923	1.502.000,05
1924	15.540.000,05
1925	
1926	9.622.000,00
1927	251.813.000,07
1928	5.785.000,25

Fonte: Cadastro da arrecadação em serviços das secções de Fortaleza nos anos de 1921 a 1928.

Os números da arrecadação da dívida em serviços, em contos de réis, referem-se ao pagamento que os requerentes prestavam como forma de pagar a dívida da terra. Os dados mostram uma grande oscilação de ano para ano, bem como a baixa arrecadação se compararmos com dados posteriores, principalmente da década de 40, e isso significa que o processo de demarcação da região estava apenas iniciando.

Na década de 30, continuam os trabalhos sob a incumbência da

Inspetoria. Porém, com muita lentidão, conforme relatórios do Chefe da Inspetoria, que reclamava principalmente da falta de verbas e de pessoas para o trabalho, visto que deixava clara a existência de grande quantidade de terras ocupadas e não demarcadas.

Em 10 de março de 1939, foi implantada a Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. A partir daí, os trabalhos foram agilizados. Já em 18 de março de 1939, o então Diretor da Inspetoria, Arthur Ambros, explanava o programa de serviços para o ano de 1939, onde consta o seguinte:

A Inspetoria de Terras de Palmeira, sediada em Frederico Westphalen, abrange uma área demarcada em lotes rurais, aproximadamente, cinco mil e quinhentos, além das posses e uma área devoluta de mais ou menos vinte mil lotes, compreendidos entre rios Turvo e Passo Fundo, sendo:

- Entre os rios Turvo e Guarita = 6.000 lotes;
- Entre os rios Guarita e Várzea = 4.500 lotes;
- Entre os rios Várzea e Passo Fundo = 9.500 lotes.

Fonte: Correspondência Expedida a DTC – 1939.

Esses dados elucidam a questão da grande extensão, na região do Médio Alto Uruguai, de terras devolutas e a demarcar. A mesma correspondência se refere às condições das terras, afirmando “que são muito férteis e as florestas são densas e altas”. Menciona, ainda, que essas terras são muito “intrusadas”, ou seja, existiam muitos posseiros morando e trabalhando nas terras ainda não demarcadas e requeridas, conforme segue:

Entre os rios Guarita e Várzea, ao longo da estrada que liga Fortaleza a Itapiranga (Porto Novo) e na barranca do rio Uruguai, existem muitos moradores que aguardam demarcação das terras para requererem concessão.

Agrupam-se em Palmitos e Boa Vista, em terras devolutas, formando povoados com algumas casas de comércio que exportam a produção.

Na estrada que liga este povoado ao Prado e Mondai (Porto Feliz) estão colocados em determinados trechos, muitos moradores especialmente nas proximidades do Prado e nas encostas do lajeado Forquilhas e circunvizinhanças da secção Perau, barra deste lajeado

no rio da Várzea. Entre os rios Várzea e Passo Fundo estão espalhados pelas estradas Nonoai-Iraí, Rodeio Bonito-Nonoai e nas caídas dos lajeados Baitaca, Mel, Farinha, nos matos e capoeiras e nas proximidades do Toldo de Índios de Nonoai.

Nota-se que a região estava sendo povoada e carecia de trabalhos urgentes de demarcação das terras, bem como construção de estradas e povoados, o que, aliás, propôs o Diretor da Inspetoria, para agilizar os trabalhos:

A demarcação de lotes deve ser começada nas proximidades dos povoados Prado, Palmitos, Boa Vista e na barra do rio Guarita; sobre a margem do rio Uruguai, nos lajeados Pinheirinho, Capivara e rio Pardo. Estes lugares estão tomados de intrusos que aguardam a demarcação para efetuarem o pagamento⁶.

Neste mesmo programa, Arthur Ambros propôs, em vista do excesso de trabalhos a realizar, que fossem feitos contratos de demarcação com agrimensores que, não sendo funcionários da Inspetoria, desejassem trabalhar.

Em vista da quantidade de trabalhos a realizar, os funcionários técnicos desta Inspetoria ficarão incumbidos dos trabalhos de exploração de estradas e caminhos, construção e locação de povoados, ficando pouco para a medição de lotes rurais...

A idéia seria de contratar trabalhos de até 100 lotes, a título de experimentação. Tais contratos foram colocados em prática já no ano de 1939 e continuaram na década de 40, conforme nota-se nas correspondências da Inspetoria e segundo um dos agrimensores, o senhor Argemiro Pereira, que foi um dos que realizou trabalhos de demarcação de terras no Médio Alto Uruguai, primeiro como contratante particular e depois como funcionário da Inspetoria (Entrevista com Argemiro Pereira,

⁶ Atualmente, correspondem, respectivamente, aos povoados Prado, Palmitos e Boa Vista, aos municípios de Vicente Dutra, Palmitinho e Vista Alegre.

janeiro de 2000).

Em maio de 1941, Arthur Ambros, fazendo um esboço da exposição do plano de colonização das terras públicas, situadas na zona da Inspeção de Terras de Frederico Westphalen, apontava que a área de terras de domínio do Estado já colonizada era de 187.633,33 hectares e a área a colonizar era de 186.915,00 hectares. Isto quer dizer que até aquela data, metade da região do Médio Alto Uruguai ainda estava por ser colonizada. Porém, aqueles dados (1941) devem ser visto com uma certa relatividade, pois, para a Inspeção de Terras, área colonizada era aquela que havia sido demarcada e concedida e que o requerente possuía cultura no respectivo lote. Contudo, se compararmos os dados sobre a área devoluta do Estado, em outubro de 1939 (que era de 450.000 hectares; no município de Palmeira era 325.000 e no de Irai, 125.000) vamos notar que entre este período e aquele, as terras devolutas do Estado, na região, diminuiram significativamente, passando para o domínio privado.

O Chefe da Inspeção mencionava ainda outros dados elucidativos:

O número de concessionários com lotes pagos por saldo é 1.826 e os concessionários com lotes ainda não pagos é de 1.436. O número de intrusos é de 4.873, em lotes demarcados e em terras a demarcar 5.000, aproximadamente.

Fonte: Correspondência expedida a DTC, em 06 de maio de 1941.

Comparando esses números, vamos notar que o número de lotes concedidos é pequeno em relação aos que ainda não haviam sido concedidos. Em relação aos 4.873 intrusos em terras demarcadas, nota-se, através das correspondências, que essas pessoas ou já estavam morando no respectivo lote e não faziam o requerimento, ou, simplesmente, conforme procuravam um pedaço de terra para cultivar, não tomavam conhecimento da situação do mesmo. Porém, a Inspeção não entendia como terra colonizada a que não fosse demarcada, mesmo existindo um posseiro e seus cultivos.

De maio de 1941 a junho de 1942, segundo a Inspeção de Terras, levando em conta os trabalhos de demarcações feitas no período, para

regularizar a situação dos intrusos que, conforme mencionamos anteriormente, em 1941 eram aproximadamente 5.000, em 1942 seria necessário demarcar em torno de 8.000 lotes rurais. Se levarmos em conta os dados dos municípios de Palmeira e Iraí, em junho de 1941, nesta questão, tínhamos o seguinte:

Tabela 3: Dados do município de Palmeira das Missões e Iraí, em junho de 1941

REGIÃO	ÁREA APROXIMADA EM HECTARES	OBSERVAÇÕES
Município de Palmeira das Missões		
- Entre Barra Bonita - Uruguai e Pescoço	1.700	- A demarcar – 10% intrusada
- Entre Guarita – Braguinha – Estrada Porto Novo	8.400	- A demarcar – 20% intrusada
- Entre Rio Guarita e Lajeado Leão	2.100	- A demarcar – 90% intrusada
- Entre Jaboticaba – rio da Várzea	2.500	- A demarcar – 90% intrusada
Município de Iraí		
- Entre Lajeado Portão – Lajeado Grande	20.000	- A discriminar – Densamente intrusada
- Entre Lajeado Leão – Secção Alpestre	1.800	- Idem - Idem
- Entre Rio Uruguai – Lajeado Barra Bonita	3.700	- A demarcar – 50% intrusada
- Entre Lajeado Barra Bonita – Lajeado Sabina	3.800	- A demarcar – 50% intrusada
- Cabeceiras Farinhas - Toldo	11.000	- A demarcar – 10% intrusada
- Lajeado Mel, ambas as margens e margem direita do Rio da Várzea	23.000	- A demarcar – 50% intrusada
- Entre Lajeado Forquilha, estrada do Prado (2ª secção Perau)	2.900	- A demarcar – 30% intrusada
- Entre Lajeado Mendes e Lambedor	2.400	- A demarcar – 20% intrusada

Fonte: Correspondência expedida à DTC. Inspetoria de Terras do Norte.

5 de junho de 1942.

Os dados mostram a existência de terras a discriminar e a demarcar, bem como a presença de intrusos em terras do Estado. Conforme os trabalhos de discriminações e demarcações iam sendo feitos, também vamos notar o aumento de intrusos em terras do Estado, conforme mostram as reclamações da Inspetoria de Terras de Frederico, nos anos seguintes a 1942.

Em 1947, o então Diretor da Inspetoria de Terras do Norte, respondendo ao telegrama do Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, o Eng^o Arthur Ambros, enfatiza que no município de Palmeira das Missões existiam 7.770 hectares de áreas devolutas e no município de Iraí, 25.300 hectares, aproximadamente. Ainda, que existiam terras a discriminar, como no caso de Iraí, em torno de 18.000 hectares. Isto equivale a dizer que, em determinadas regiões pertencentes ao município de Iraí, principalmente, os trabalhos ainda estavam por serem feitos. Por outro lado, na mesma correspondência, Israel Farrapo Machado, chefe da Inspetoria, dizia o seguinte: “Nesta zona não existem terras devolutas propriamente ditas. Todas as glebas estão densamente intrusadas, em geral com mais de um morador para cada lote de 25 hectares em média”.

A grande procura pelas terras do Médio Alto Uruguai, conforme se constata através da documentação existente na Inspetoria de Frederico, se deu na década de 40 e 50. Enquanto existiam terras devolutas e pouco intrusadas era possível demarcar lotes com uma média de 25 hectares e com acesso a águas e estradas, conforme prescrevia a Lei de 1900. Porém, com o passar do tempo, isso se tornou quase impossível, conforme queixa-se Israel Farrapo Machado, em 23 de setembro de 1947, ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização: “Nas zonas ainda pouco intrusadas, aliás pequenas, é possível guardar-se o padrão de área de 25 hectares aproximadamente, atendendo-se às exigências regulamentares para que os lotes fiquem servidos de aguadas e caminhos”.

Porém, acrescenta ele:

Nas zonas onde as terras do Estado estão densamente povoadas, aliás, a maioria, é impossível manter-se o padrão de área próximo aos 25 hectares, salvo se não se levar em conta as ocupações, cultivados,

benfeitorias, etc. dos intruzos.

Nessas zonas somos forçados a fazer as demarcações atendendo quanto possível as ocupações dos intruzos, seus cultivados, potreiros, etc. Dada a maneira desordenada que os mesmos se colocam nas terras devolutas, muito dificulta depois a divisão, dando causa a reclamações e descontentamentos, apesar de fazer-se o possível para atender a todos. Ficando, apesar disso, 2, 3 ou mais moradores em cada lote, algumas vezes.

Por outro lado, não só os colonos intrusaram as terras de forma desordenada, como se refere o Inspetor, mas também isso era autorizado, em determinados casos, pela própria Inspetoria, o que causaria, mais tarde, reclamações e prejuízos para os colonos. Um exemplo é o caso de Dona Maria de Salles que, sendo viúva e pobre, foi autorizada pelo chefe da Inspetoria a se colocar “em um lote onde já tenha outro morador que não ocupe toda a terra”. Foi encaminhada à secção Castelinho e autorizada pelo Inspetor seccional a se estabelecer no mesmo lote de Maria Ignez, que já era ocupante. Depois de fazer a sua moradia e roça, por reclamação de Maria Ignez, o Inspetor cancelou a licença de Maria Salles; depois de seis meses e a mesma teve que abandonar o lote. Esse e outros exemplos, conforme mostram as correspondências, aconteceram na década de 40 e 50, gerando certos conflitos entre os colonos e, ao mesmo tempo, além de prejuízos, em certos casos, dividindo o lote de 25 hectares em duas ou três partes. Isso, aliás, vai ser constante na década de 60. Porém, justificava o Inspetor o seguinte, referente a esta questão:

Deve-se levar em conta ainda a grande procura de terras do Estado, na jurisdição desta Inspetoria, por colonos oriundos das chamadas colônias velhas e também das secções coloniais antigas da jurisdição desta Inspetoria. Esses motivos têm determinado a demarcação de lotes com a área média inferior a 25 hectares, em alguns lugares.

Na mesma correspondência, o Inspetor anexa um projeto de demarcação onde, num polígono que tinha a área de 66 lotes, existiam

108 moradores e todos queriam ficar com um pedaço de terra naquele polígono. Com o avanço das demarcações e de concessões, vamos encontrar subdivisões de lotes de 25 hectares nos anos da década de 50. Porém, através dos relatórios mensais da Inspetoria de Terras de Frederico, nota-se que, de 1965 a 1970, o trabalho de demarcação consistia basicamente em subdividir os lotes rurais. Através de um convênio entre o IGRA e IBRA foi feito um intenso trabalho de verificação de terras devolutas e da situação dos lotes concedidos na região do Médio Alto Uruguai. Poucas terras devolutas encontraram, mas, por outro lado, verificando os lotes concedidos, notaram que havia a necessidade de, em muitos casos, subdividi-los, visto que encontraram várias famílias no mesmo lote. Assim, encerrava-se a disponibilidade de terra na última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul.

Referimo-nos, anteriormente, às demarcações das terras, como sendo um processo lento. Via de regra, primeiro havia a ocupação da terra e, posteriormente, sua demarcação. Este processo contribuiu para gerar inúmeros conflitos entre agricultores, pretendentes a um pedaço de terra. O Regulamento de Terras, em caso de haver intrusão, dizia que a preferência da concessão deveria ser ao primeiro ocupante. Encontramos uma série de correspondências com queixas de primeiros ocupantes denunciando que tal princípio era trapaceado freqüentemente. A título de exemplo, encontramos numa correspondência de 21 de abril de 1947, para o chefe da Inspetoria, o seguinte: “O Sr. Amadeu Bueno da Silva, portador deste, é concessionário do lote rural nº315 da 2ª secção Braga. Queixa-se que Augusto Rebonato pretende tomar-lhe o lote, que está sendo ocupado com plantações por seus filhos”. Nestes casos, o chefe da Inspetoria, seguindo o regulamento, garante a ocupação do primeiro.

Por outro lado, na prática, valia a lei do mais forte. As pressões, tanto físicas como econômicas, falavam mais alto. Encontramos correspondências em que concessionários queixavam-se de pressões e, posteriormente, os mesmos haviam abandonado o lote. O mais interessante é que quem pedia a nova concessão era justamente aquele que era acusado anteriormente de pressões para ficar com o lote. Esses casos foram mais freqüentes na década de 40 e 50.

Outro mecanismo que gerava conflitos era a não observação da demarcação feita. Em geral, encontramos queixas por que um invadia a concessão do lote do outro, derrubando a mata, fazendo plantações e até moradia. Muitas vezes, sumia-se com os marcos das divisas ou eram trocados de lugar.

Ainda, dizia o Regulamento de Terras, que na demarcação do lote deveriam ser levadas em conta aguadas e estrada principal. Muitas queixas foram feitas por ser proibido o acesso a estradas principais.

Contudo, cabia à Inspetoria de Terras resolver tais conflitos e descontentamentos. Mas, na prática, mesmo com a intervenção daquela, as desavenças continuavam, assim como também a grilagem e a expropriação da terra, por parte daqueles que tinham mais condições.

BIBLIOGRAFIA

BATTISTELLA. Mons. Vítor. **Painéis do Passado**. 1969.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul**. Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

ROCHE. Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. Emey Ruas. Vol.1. Porto Alegre: Globo, 1969.

CORRESPONDÊNCIAS, diversas da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen 1939-1970.

RELATÓRIOS, da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen.

COLETÂNEA de Legislação das Terras públicas do Rio Grande do Sul; Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura. Diretoria de terras e colonização. 1961.

Recebido em dezembro de 2004

Aprovado em fevereiro de 2005